



PERSPECTIVAS DE JOVENS RURAIS DE UMA ESCOLA FALMÍLIA AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO ***PERSPECTIVES OF RURAL YOUNG PEOPLE FROM AN AGRICULTURAL FAMILY SCHOOL IN ESPÍRITO SANTO, BRAZIL***

Wesley Pain da Silva; Alexia Ester Teixeira dos Santos; Jessica da Silva Santos; Alessandra Maria da Silva

Centro Universitário FAESA
alessandra.silva@faesa.br

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar as perspectivas dos jovens rurais estudantes do último dano de formação em técnico em agropecuária de uma Escola Família Agrícola (EFA) do município de Montanha, norte do Espírito Santo. Os alunos do último ano do ensino médio técnico responderam a um questionário sobre sua condição de acesso à terra e trabalho e suas perspectivas de futuro. A maior parte dos jovens não vislumbra o trabalho como agricultores familiares, devido à inexistência ou pouca área de terra para sucessão, restando-lhes a alternativa da pluriatividade ou sair para estudar. Todos pretendem se graduar na área de ciências agrárias para permanecerem com vínculo ao meio rural. A pedagogia da alternância adotada pela EFA influenciou a escolha da profissão futura. A educação do campo e políticas de acesso à terra se fazem necessárias para a permanência dos jovens no campo.

Palavras-chave: Juventude rural; Educação do campo; Sucessão Rural.

Abstract

The objective of this work was to analyze the perspectives of young rural students in the last year of training in agricultural technician at a Escola Família Agrícola (EFA) in the municipality of Montanha, north of Espírito Santo state. Students in their final year of technical secondary education answered a questionnaire about their condition of access to farm and work and their prospects for the future. Most young people do not envisage working as family farmers, due to the lack or little area of land for succession, leaving them with the alternative of pluriactivity or going out to study. All intend to graduate in the area of agricultural sciences to remain linked to the rural environment. The alternation pedagogy adopted by EFA influenced the choice of future profession. Rural education and land access policies are necessary for young people to stay in the countryside

Key words: Rural youth; Field education; Rural Succession.

1. Introdução

A sucessão rural é um tema complexo e atual que demanda urgência na atuação dos elaboradores de políticas públicas, tanto para as questões sociais de ocupação e relações do campo quanto para a sustentabilidade da produção agropecuária. Apesar de diversos estudos sobre o comportamento dos jovens no campo, especialmente sobre os fatores que os levam a se desinteressar pela permanência no meio rural e em manter as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos pais, ainda se faz necessário conhecer a realidade desses jovens nas diversas regiões e contextos em que se inserem.

Há uma tendência de jovens rurais migrarem para os centros urbanos, seja em busca de trabalho não rural, seja para estudar ou outros interesses. Diversos autores têm apontado como motivação para o abandono do campo pelos jovens como sendo: penosidade do trabalho agrícola, escassez de terra, baixa autonomia gerencial e financeira, dificuldade em obter a própria área para produção, baixa perspectiva de crescimento e valorização profissional, ausência de programas de esporte e lazer, além da própria influência do modo de viver urbano sobre os projetos de vida dos jovens rurais, em decorrência da aproximação dos comportamentos socioculturais de ambos os espaços. (BREITENBACH e TROIAN, 2020; MAZIERO et al., 2019; OLIVEIRA et al., 2021; PEREIRA e SOUZA, 2020). Dessa forma, o

processo sucessório fica prejudicado, resultando em envelhecimento e esvaziamento do campo, podendo comprometer a produção de base familiar no futuro (MAZIERO et al., 2019).

As escolas de ensino técnico em agropecuária, especialmente aquelas que adotam a pedagogia da alternância, como as Escolas Família Agrícola (EFA), buscam uma formação profissional condizente com a realidade rural (PEREIRA e SOUZA, 2020; REGO e SILVA, 2020). De um modo geral, espera-se que jovens egressos de uma formação técnica em agropecuária se sintam motivados a permanecerem no campo, diante da valorização da sua identidade rural, da sua ruralidade e da sua cultura (PEREIRA e SOUZA, 2020). Para Pereira e Souza (2020), a formação técnica em agropecuária deve servir de base para ascensão social e profissional para os jovens rurais, mesmo para aqueles que não desejam permanecer no campo.

Este trabalho teve por objetivo analisar as perspectivas dos jovens rurais estudantes do último ano de formação em técnico em agropecuária de uma Escola Família Agrícola do município de Montanha, norte do Espírito Santo.

2. Metodologia

O estudo foi realizado na Escola Família Agrícola de Vinhático, no município de Montanha-ES, no mês de março de 2023. A metodologia utilizada foi do tipo exploratória, de abordagem quantitativa.

Por meio de um formulário on-line, foram aplicados questionários entres os alunos do quarto ano do ensino médio, do curso técnico em agropecuária, com questões que abordaram assuntos como relação com a terra, participação na produção e gestão da propriedade, pluriatividade, perspectivas de futuro, influência da educação recebida.

O formulário continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o preenchimento não era obrigatório. Após o recebimento das respostas, a sistematização foi organizada e a análise se deu por estatística descritiva, baseada em médias e proporções. As respostas abertas foram submetidas a análise de conteúdo.

3. Resultados e discussão

A EFA Vinhático fica localizada no município de Montanha e atende aos adolescentes e jovens do município e de seu entorno, oferecendo curso médio técnico em agropecuária, na modalidade da alternância. Os alunos do quarto ano do ensino médio técnico em agropecuária foram convidados a participar da pesquisa, tendo a participação total de sete jovens.

A maioria dos respondentes eram meninos, sendo apenas duas meninas. A idade dos jovens variou de 17 a 18 anos. Dos sete respondentes, dois não eram oriundos do campo, tendo escolhido a EFA pela qualidade do ensino ou por vislumbrar vínculo futuro com o campo.

Verificou-se a forma de posse da terra entre os jovens que mantinham vínculo com o campo. Um deles afirmou que a terra é própria, estando escriturada em nome do pai, que foi citado como o principal gestor. Outros três afirmaram haver uma parceria com os avós, sendo estes os gestores principais da propriedade. Apenas um assentado de reforma agrária citou a mãe como principal gestora da propriedade.

O tamanho da área explorada pela família variou de 1 a 56 ha, mantendo estreita relação com a condição de posse. A única família proprietária ocupa maior área de terra (56 ha), seguido da assentada de reforma agrária, com 8 ha. Os parceiros exploram áreas entre 1,0 e 1,8ha. Esse resultado instiga o questionamento do processo de sucessão rural a partir da geração dos avós, quando os mesmos repassam áreas menores do que um módulo rural¹ para a reprodução

¹ O módulo rural é o espaço mínimo de propriedade rural que assegure à família a subsistência e desenvolvimento econômico daqueles que a cultivam (LIMA, 2020), que no caso de Montanha equivale a 2ha.

econômica da família de seus filhos. Evidentemente que, na situação vivenciada com seus pais, a perspectiva de obtenção da própria terra pode ser reduzida ou inexistente.

Em seus estudos, Breitenbach e Troian (2020) observaram que a passagem de patrimônio entre as gerações ocorre, na maioria das vezes, tardiamente, ocorrendo a convivência de três gerações (avô, pai e neto) na mesma propriedade e que isso interfere na decisão do jovem de sair do campo.

Esta situação se agrava com a não participação dos jovens nas atividades da propriedade, a despeito da alternância. Apenas três jovens afirmaram exercer alguma atividade na propriedade (especialmente os que possuem áreas maiores), sendo que somente um jovem, filho do proprietário da maior área, afirmou receber remuneração pela execução dessas atividades.

Em consequência disso, todos os sete jovens afirmaram trabalhar em atividades fora da propriedade rural. Quatro deles trabalham como diaristas em outras propriedades. Dois trabalham no comércio urbano e uma presta serviços domésticos. Essas são as formas dos jovens conseguirem renda para as próprias necessidades e para contribuir com a renda familiar, evidenciando a importância da pluriatividade na reprodução econômica da agricultura familiar, especialmente daquelas famílias menos capitalizadas (SCHNEIDER, 2009).

Quanto ao futuro, cinco dos sete jovens participantes da pesquisa vislumbraram fazer faculdade em cursos de graduação da área de ciências agrárias. Três citaram a possibilidade de permanecerem na atividade agrícola como consultores agropecuários. Apenas o jovem cujo pai possuía uma propriedade maior vislumbrou ser agricultor a partir do estabelecimento de um contrato de comodato. Aqueles que não possuíam terra, ou que não vislumbavam a herança da terra – seja pela pequena área explorada pelos pais ou por ser área de assentamento – planejaram atividades que não configuram sucessão rural, como: prestar consultoria, trabalhar em grandes empresas, abrir um consultório veterinário etc.

A partir desses resultados, é possível considerar que a posse de terra pelos genitores, em área suficiente para a exploração pelos filhos, é um fator fundamental para o desejo do jovem de continuar na atividade agrícola, no processo sucessório rural. Quando os pais não possuem a terra, como nos casos dos contratos de parceria em pequenas áreas ou nos casos dos permissionários dos projetos de reforma agrária, os jovens não vislumbram a permanência no campo, influenciando nas suas decisões de saída – para desenvolverem atividades não agrícolas – ou de permanência parcial, com atividades de base agrária – relacionadas à agricultura, mas não diretamente produtiva (SCHNEIDER, 2009).

A questão do acesso à terra pelos jovens, pode ter sua estratégia de solução baseada em políticas de reforma agrária, como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRN) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que facilitam e fomentam o acesso de agricultores, incluindo os jovens, à terra. Aliado a isso, políticas de crédito, como o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), podem fomentar investimentos específicos para os jovens (BARCELLOS, 2015). No entanto, há a necessidade de mobilização dos jovens (e autorização dos pais) para que acessem tais políticas, sendo uma seara de relações conflituosas entre as gerações, demandando mediadores sociais capacitados.

Todos os jovens avaliaram como positiva a experiência vivenciada na EFA. Para eles, a escola influencia positivamente o desejo de permanecer no estudo das ciências agrárias, mantendo, de alguma forma, a participação direta ou indireta dos egressos no campo. Eles consideraram a vivência prática como primordial para o processo do auto reconhecimento como jovens rurais e da sua participação no desenvolvimento rural sustentável.

Uma das jovens afirmou que “[...] sem dúvida alguma, essa organização é importantíssima para formação de jovens que têm vivência no campo, e para os que não tem vivência para que entendam a importância do cultivar”. E outra afirmou que: “nós sabermos só



a parte teórica não é a mesma coisa que a vivência, e as aulas práticas são muito importantes para termos uma relação física com o campo, e assim, entender a importância de permanecer”. De fato, Rego e Silva (2020) consideram que a pedagogia da alternância se constitui em uma formação para os jovens rurais, que busca a interação entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e na valorização do saber local, da cultura e do território.

Seis jovens afirmaram ter acesso ao lazer, como a prática de esportes e passeios. Apenas um deles afirmou não ter acesso. No entanto, este jovem reside no meio urbano e precisa trabalhar fora para contribuir na renda familiar. Isso demonstra que nem sempre a ideia do rural estará atrelada ao atraso e à falta de oportunidades de lazer (MAZIERO et al, 2015). A pobreza, sim, pode limitar o acesso dos jovens às oportunidades.

4. Considerações Finais

Embora não se tenha pretendido esgotar o assunto, mas evidenciar a importância do estudo das perspectivas dos jovens rurais, especialmente daqueles egressos de escolas de ensino médio técnico em alternância, o estudo elucidou questões importantes, como a do acesso à terra e à educação.

Os jovens estudados mantêm a intenção de permanecer em estreito relacionamento com o meio rural, embora não vislumbrem oportunidades de posse de terras para o cultivo, devido à ausência de expectativa de herdabilidade. No entanto, políticas públicas de acesso à terra, como os programas de reforma agrária, podem indicar estratégias viáveis para esses jovens.

A Educação do Campo com adoção da pedagogia da alternância mostrou ser importante para o auto reconhecimento e autovalorização dos jovens rurais e de sua cultura, contribuindo para o desejo de permanecer em contato com o meio rural, seja residindo, trabalhando, ou mesmo associando a residência e trabalho no campo.

Outros estudos sobre a juventude rural capixaba devem ser estimulados, considerando que a decisão pela permanência ou saída dos jovens do campo interfere não só no seu futuro, mas também no entorno onde vivem, com reflexos, inclusive, no meio urbano.

Referências

- BOTTON BARCELLOS, S. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. *Mundo Agrário*, v. 16, n. 32, 2015.
- BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, jan/abr 2020.
- MAZIERO, C.; GODOY, C.M.T.; CAMPOS, J.R.R.; MELLO, N.A. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 509-522, abr./jun. 2019.
- OLIVEIRA, M.F. et al. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n.2, 2021.
- PEREIRA, J.L.G.; SOUZA, F.C. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 4, 2020.
- REGO, E.M; SILVA, D.W. Pedagogia da alternância e agroecologia: caminhos convergentes para fortalecimento da juventude rural. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: GRAMMONT, H.C. de; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1. ed. Quito/ Equador: Editora Flacso – Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.